

O jornalismo para além de suas fronteiras conceituais

Demétrio de Azeredo Soster*

Índice

1 Relações diferenciadas	6
2 Considerações finais	11
3 Referências bibliográficas	12

Resumo

O fenômeno da midiática, ou a instituição de novas ambientações a partir de uma profunda imersão de nuances sócio-tecnológicas da sociedade, afeta também os agentes responsáveis por sua processualidade, midiaticizando-os. É o que se verifica com o jornalismo a partir do momento em que a internet passa a amalgamar o aparato midiático-comunicacional. Quando isso ocorre, o sistema midiático – aqui representado pelos jornais impressos, rádios, televisões e, mais recentemente, os webjornais e blogs de natureza jornalística – passa a operar em uma perspectiva auto-referencial, tensionando conceitos e formas consolidados ao longo de 300 anos de evolução, o que exige novas gramáticas de reconhecimento.

*Professor de jornalismo da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e do Centro Universitário Univates; mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Se admitirmos a existência de um fenômeno conhecido genericamente como midiática, cujo conceito, em processo de formação¹, e suas complexificações, entendermos preliminarmente como a instituição de novas ambientações a partir de uma imersão sócio-tecnológica profunda da sociedade, podemos supor que a midiática não opera necessariamente apenas como vetor de transformação social. Isso porque, ao midiaticizar a sociedade, os agentes responsáveis pela existência do fenômeno também acabam se midiaticizando, fazendo com que ela passe a existir, em termos de processualidade – e de geração de sentido, portanto –, não apenas nos espaços existentes entre as instituições, os meios (que também são instituições) e os agentes individuais, mas também no interior de cada uma destas instâncias.

Com isso, o sistema midiático acaba por sofrer um fechamento operacional em que os dispositivos dialogam principalmente entre si, criando uma tecnoesfera social caracterizada pelo deslocamento da produção e oferta de sentido para seu próprio interior. Obser-

¹ Segundo Antônio Fausto Neto (2006), a midiática, enquanto conceito, encontra-se diluída “(...) em meio a resquícios de conceitos fundadores das teorias da comunicação e naqueles que não estão reunidos nas fronteiras clássicas deste estudo”. Surge usualmente associada a expressões significantes como dispositivo, ambiente, máquina, operador, sujeito, processos midiáticos entre outros.

vada a questão do ponto de vista jornalístico, podemos afirmar que os dispositivos que personificam o campo – jornais, impressos, revistas, telejornais, webjornais, radiojornais e, mais recentemente, os blogs de natureza jornalística – não são apenas vetores de mediação: eles também são afetados por sua processualidade.

O fenômeno pode ser percebido com mais clareza a partir do momento em que ocorreram as primeiras transposições de jornais para a internet, em 1995, no Brasil –, basicamente porque a internet a partir de então amalgamou todo o aparato jornalístico-comunicacional. Ao fazê-lo, interferiu em um modo de funcionamento umbilicalmente ligado a perspectivas heteroreferenciais, tornando-o auto-referencial e exigindo novas gramáticas de interpretação. É nesta direção que caminha Lash (2005) ao afirmar que a informação acabou por se comprimir ao extremo em decorrência das transformações verificadas no tempo e no espaço em que normalmente transita. Ou Virílio (1996), ao pontuar que o aumento da velocidade, decorrente do desenvolvimento tecnológico, acabou por transformá-la em valor, quando antes era vetor de transformações.

À medida que o fazer jornalístico afeta e é afetado pela mediação, os mecanismos por meio dos quais os jornalistas sempre se utilizaram para estabelecer seus diálogos também sofrem alterações. Com isso, conceitos usualmente aceitos para explicar a forma por meio da qual suportes midiáticos estabelecem seus vínculos parecem insuficientes para explicar uma lógica de funcionamento em rede, voltada para suas próprias operações. Quando isso ocorre; quando o aparato midiático se fecha estruturalmente, deslocando a produção e a oferta de senti-

dos para dentro de sua própria estrutura, o conceito de mundo – que só existe como latência, mas que é “(...) a soma e a síntese de eventos e lugares (SANTOS, 1997, pág. 41).” –, passa a ter sua processualidade voltada para uma tecnoesfera comunicacional.

No cerne desta questão se encontra a autonomização do campo da comunicação, um fenômeno, como apontado por Rodrigues (1999) – ele se refere ao “campo dos media” –, próprio da modernidade tardia, e que é decorrente do processo de fragmentação dos campos sociais, a partir do princípio da era moderna, na segunda metade do século XX. Isso ocorre devido à sua natureza seminalmente tensional em relação aos demais campos sociais, uma vez que a gênese do campo dos media está “(...) intimamente associada ao desempenho das funções de regulação entre os diferentes campos sociais” (1999, pág. 25).

A autonomização do campo da comunicação é decorrência, entre outros, da natureza lógica, mas também estratégica, do campo do media, assentada em operações que aglutinam a sociedade e os indivíduos em torno de valores que são comuns a todos.

(...) o campo dos media gere os dispositivos de percepção da realidade e constitui, desse modo, a própria experiência do mundo moderno, assegurando a sua percepção para além das fronteiras que delimitam o mundo vivido das comunidades tradicionais (RODRIGUES, 1999, pág. 25).

Esta perspectiva também aponta para um algo constituído “(...) de formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com bases em dispositivos e movimentos constituídos de materialidades e imaterialidades” (FAUSTO NETO, 2006, pág.

9), mas que não se restringe a eles. Estas características são os lugares a partir dos quais a mediação afeta o funcionamento de outras práticas sócio-institucionais, gerando complexidades.

Tais afetações são relacionais e geram, conseqüentemente, retornos de processos de sentido das construções feitas pelos outros campos, e que se instauram nos modos de funcionamento da mediação. Isso significa dizer que a mediação produz mais que homogeneidades, conforme depreendem as teorias clássicas da comunicação, na medida em que, ao contrário, gera complexidades (2006, pág. 10).

Isso posto, podemos nos perguntar o que significa a mediação, mais especificamente a mediação do jornalismo. Será preciso, para tanto, observarmos que o jornalismo é uma atividade que se vale, desde sua origem, da técnica, ou o “(...) o universo dos meios (as tecnologias), que em seu conjunto compõem o aparato técnico, quanto à racionalidade que preside o seu emprego, em termos de funcionalidade e eficiência. (GALIMBERT, 2006, pág. 8). Trata-se de uma espécie de “remédio” à insuficiência biológica humana; nas palavras de Galimberti, a “essência do homem”, basicamente porque, sem ela, o ser humano não teria sobrevivido biologicamente e se desenvolvido culturalmente.

Transposta a perspectiva para o campo do jornalismo, veremos que algo semelhante se verifica, com uma diferença: não é possível dissociarmos a atividade jornalística da técnica, basicamente porque se trata de uma especificidade funcional mediada pela tecnologia desde sua origem. Por outras palavras, o

modo de ser jornalístico-comunicacional implica, desde seu alvorecer, em algum lugar da Europa central², em uma simbiose profunda entre o que é da natureza do homem e o que é da natureza dos instrumentos que este sempre se valeu para garantir sua existência.

Se isso se dá desta forma, também podemos aceitar que a atividade jornalística, enquanto técnica, é uma forma de exercício de poder; aqui entendido como “(...) a capacidade de produzir ou contribuir para resultados – fazer com que ocorra algo que faz diferença para o mundo” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, pág. 580). Ou, como sugere Luhmann, um catalisador que viabiliza processos (2005-b, pág. 18). Técnica esta que se inicia mais visivelmente a partir do momento em que os jornais passam a circular sistematicamente, mas que se evidencia de forma mais contundente quando os jornalistas se valem dela não apenas para garantir as edições de seus jornais, mas quando a atividade começa a se autonomizar.

Sendo assim, parece-nos natural que o poder jornalístico não deva ser entendido como um ser em si, de caráter ôntico, mas como

² Kunczik (2001, pág. 22) cita que “os predecessores dos jornalistas atuais eram os bardos viajantes, que reportavam e comentavam os acontecimentos do dia nas feiras, mercados e cortes aristocráticas, assim como os mensageiros e os escrivãos públicos”. Já Marcondes Filho (2000, pág. 10) lembra que o primeiro semanário que se tem conhecimento foi a *Gazette*, de Théophraste Renaudot, publicada na França de 1631. Virilio (1996, pág. 40) salienta que “(...) as primeiras gazetas (do italiano *gazetta* – dinheiro trocado) são chamadas na França de correntes (*courants*). A complexidade do termo, vindo do latim *currere*, indica simultaneamente a rapidez de um deslocamento daqui até lá no espaço, mas igualmente o que está em curso no tempo, que não é concluído no momento em que se escreve ou que se lê”.

parte integrante da prática humana (RUIZ, 2004), que se insere nas relações e que se articula com um modo de ser da ação. Ação que existe somente em decorrência da intenção: “A ação é racional à medida que segue premissas que sustentam e justificam sua realização” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, pág. 3). Poder, assim como a ação, é uma dimensão própria do homem quando este faz “(...) de sua prática uma criação e de sua relação uma forma exclusiva de interação”. Mas que não existe enquanto materialidade, por ser tratar “(...) de um símbolo, (...), uma palavra pela qual designamos um conjunto de significações polimorfos que pode adquirir diversos sentidos segundo as circunstâncias e o modo como se realizam as práticas humanas” (RUIZ, pág. 10, 2004).

Podemos estabelecer, ainda, alguns limites operacionais para o poder, neste caso o jornalístico, não obstante suas fronteiras pouco precisas e seu caráter de elemento redutor de complexidade sistêmica (LUHMANN: 2005-b). A começar, como já observado, pelo fato de ele decorrer da ação social, que por sua vez não existe sem racionalidade. Para que haja racionalidade, são necessários agentes inseridos nos processos por meio dos quais as ações são coordenadas (OUTHWAITE e BOTTOMORE: 1996). Neste sentido, poder resulta da ação racional dos jornalistas que compõem o aparato midiático. Ou seja, o poder só existe como tal porque decorre de um movimento de mediação – neste caso os jornalistas ao longo do processo de produção de jornais (ação social) –, cuja face mais visível é a transformação de significados nas sociedades em que se inserem.

Visto desta forma, portanto, não há problemas em afirmarmos que as relações jorna-

lísticas são mediadas pelo poder decorrente da ação destes mesmos jornalistas e suas máquinas desde há muito. Um jornal, sob esta perspectiva, não poderia ser vetor de poder, à medida que o modo operacional tomaria para si o papel da racionalidade, que é própria do homem. Em outras palavras, jornais não pensam: veiculam. Contudo, mesmo que não raciocinem, há de se convir que estes dispositivos³ – e seus sucessores – provocam sensações, criam ambientações, geram tensionamentos, porque interferem em resultados e modificam realidades. Então, os veículos de comunicação e suas operações também podem ser vistos como vetores de poder.

Observe-se que, por muito tempo, a transformação de significados a partir da interação entre os mecanismos de natureza jornalístico-comunicacional e a sociedade foi interpretada de forma relativamente linear, em que se colocava os jornais, as revistas, e, mais tarde, as rádios e as televisões em uma posição de vetor, relegando a quem era alcançado por suas palavras, imagens ou sons, a condição de receptor. Havia transformações, é evidente, mas estas eram usualmente entendidas como decorrência do que provocavam os então chamados “meios de comunicação de massa”.

Foi em decorrência da modernidade – ou do momento evolutivo da humanidade em que as máquinas passaram a interagir de forma mais aguda com os homens – que os meios gradativamente deixaram de serem

³ Dispositivos serão aqui entendidos como mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também “(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos (FERREIRA pp. 89-90, 2003).

vistos apenas como mecanismos de viabilização de processos, hegemônicos ou não, e passaram a ser observados a partir da interação diferenciada que estabeleciam com as demais dinâmicas sociais. Esta relação ganha força a partir do momento em que a internet surge e, mais tarde, ao deixar os círculos militares e acadêmicos, instaura-se como dispositivo comunicacional de abrangência mundial. Isso se verifica à medida que ela passou a possibilitar ao sistema midiático dialogar entre si processualmente para muito além dos pólos tradicionalmente conhecidos.

Esta nova realidade sugere, como havia observado Jesús Martin-Barbero, que a perspectiva histórica em que nos encontramos deva ser observada culturalmente em termos de articulação.

As invenções tecnológicas no campo da comunicação acham aí sua *forma*: o sentido que vai tomar sua *mediação*, a mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa. Ligar os meios de comunicação a este processo (...) não implica em negar aquilo que constitui sua especificidade. Não estamos subsumindo as peculiaridades, as modalidades de comunicação que os meios inauguram, no fatalismo da “lógica mercantil” ou produzindo seu envaziamento no magma da “ideologia dominante”. Estamos afirmando que as modalidades de comunicação que neles e com eles aparecem só foram possíveis na medida em que a tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e usos. (1997, pág. 191).

Trata-se de um ângulo seminal, por meio da qual os dispositivos são situados como estruturadores sociais, e não mais apenas como viabilizadores de processos, geradores

de dogmas ou formas, em uma transformação – “(...) cultural que não se inicia e nem surge por meio deles, mas na qual eles passarão a desempenhar um papel importante a partir de um certo momento (...)” (1997, pág. 191). Este “papel importante” ao qual se referia Martin-Barbero dizia respeito, de um lado, ao rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, mas também ao que surgia a partir do momento em que a sociedade começava a ser amalgamada por estes dispositivos.

Em um texto mais recente, Martin-Barbero retoma a discussão a respeito do papel desempenhado pela técnica, com ênfase particular no que ela está representando neste momento evolutivo da sociedade. Sob esta perspectiva, a tecnologia não é mais apenas uma questão de meios, porque acaba provocando novas formas de se estar no mundo e percebê-lo. Se isso se dá desta forma é porque

(...) estamos ante la configuración de un ecosistema comunicativo conformado no sólo por nuevas máquinas o medios, sino por nuevas lenguajes, sensibilidades, saberes y escrituras, por la hegemonia de la experiencia audiovisual sobre la tipográfica, y por la reintegración de la imagen al campo de la producción del conocimiento. (MARTIN-BARBERO, 2004, pág. 36)

Se destacamos a originalidade do caminho apontado por Martin-Barbero em suas reflexões, é porque ele representa um momento particularmente importante nas discussões a respeito da mediação. Ou seja, porque desloca o determinismo usualmente atribuído à tecnologia, personificada na forma de dispositivos como jornais, rádios e televisões,

quando da interação entre estes e a sociedade.

1 Relações diferenciadas

Isso posto, podemos nos indagar sobre o que é feito da relação entre máquinas e jornalistas quando os equipamentos utilizados para a viabilização deste ofício deixam de ser apenas suportes e se estabelecem relacionamente em termos de processualidade. E, ao fazê-lo, acabam por interferir não apenas no entorno do lugar em que se encontram, mas em si mesmos, criando, na intersecção desta relação, novas e sucessivas realidades. A esta processualidade chamamos de miditização, neste caso

(...) a reconfiguração de uma ecologia comunicacional (ou um bios midiático). Torna-se (ousamos dizer, com tudo o que isso implica) um princípio, um modelo e uma atividade de operação de inteligibilidade social. Noutras palavras, a midiatização é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade. Nesse sentido, a sociedade percebe e se percebe a partir do fenômeno da mídia, agora alargado para além dos dispositivos tecnológicos tradicionais (GOMES, 2006, pág. 121).

Observe-se que esta entrada retira da tecnologia a primazia pela autonomização do campo do jornalismo, sem com isso desconsiderá-la, e passa a aceitar os processos discursivos como elementos necessários à compreensão dos fenômenos midiáticos. Para Fausto Neto (2006), a midiatização da sociedade se dá a partir de uma

(...) combinatória de conhecimentos e operações estruturadas na forma de tecnologias

de informação, que criam novos ambientes e nos quais se produzem novas formas de interações, que têm como referências lógicas processos discursivos voltados para a produção de mensagens (2006, P. 9).

O caminho aponta para um algo também constituído “(...) de formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com bases em dispositivos e operações constituídas de materialidades e imaterialidades” (FAUSTO NETO, 2006, pág. 9), mas que não se restringe a elas. Estas características são os lugares a partir dos quais a midiatização afeta o funcionamento de outras práticas sócio-institucionais, gerando complexidades.

Tais afetações são relacionais e geram, conseqüentemente, retornos de processos de sentido das construções feitas pelos outros campos, e que se instauram nos modos de funcionamento da midiatização. Isso significa dizer que a midiatização produz mais que homogeneidades, conforme depreendem as teorias clássicas da comunicação, na medida em que, ao contrário, gera complexidades (2006, pág.10).

Note-se que este ponto de vista vai adiante do conceito proposto por Muniz Sodré em sua tentativa de explicar o fenômeno, quando afirma que a midiatização ocorre no momento em que o processo de comunicação passa a ser redefinido pela informação de forma técnica e mercadológica. Isso nos colocaria diante de um “tipo particular de interação”, na verdade uma “tecnomediação” – espécie de prótese tecnológica – a midiatização, o que deslocaria o sentido antropológico das relações sociais para uma nova perspectiva analítica, o que sugere um fechamento de sentidos.

Trata-se [a midiatização] de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional, cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função de vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores chama de “código”; outros, de “meio”) sobre os conteúdos semânticos (MUNIZ SODRE, 2006, pág. 21).

Entendemos que potencializar os vetores mercadológicos e tecnológicos como elementos determinantes da midiatização, sobrepondo a forma ao conteúdo semântico, equivale a reduzir a complexidade do fenômeno, emprestando-lhe efeitos de causalidade, determinísticos. Concordamos com Muniz Sodré quando afirma que a midiatização implica em “(...) uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo (...), a partir de um bios⁴ específico. A discordância reside em olhar o fenômeno a partir da mera “(...) articulação hibridizante das múltiplas instituições” (2006, pág. 22). Como salientamos anteriormente, a midiatização extrapola as questões ligadas ao ambiente e ao seu modo de ser.

Ou seja, estamos diante de operações de geração de sentido que servem de base para novas operações de sentido, que são alicerçados em mecanismos e agentes (em nosso caso, os dispositivos jornalísticos), mas que

⁴ “Em seu *Ética a Nicômaco*, Aristóteles concebe três formas de existência humana (*bios*) na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prezeiroza). A midiatização deve ser pensada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação cultural própria (uma ‘tecnocultura’), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês.” (SODRÉ, 2006, pág. 22)

não são determinadas por estes. É na intersecção dos movimentos transversais e relacionais da midiatização que nasce o sentido; um conceito que também requer explicitação.

Ciro Marcondes Filho (2004), ao propor uma releitura da comunicação a partir da tríade sentido, interpretação e sistema, atribui ao pensamento estóico grego a primeira formulação teórica a respeito deste conceito. Trata-se, segundo ele, de um atributo que os gregos chamavam de *exprimível*, que difere o objeto de seu significado, sem alterar a natureza do primeiro.

Para os estóicos, o pensamento é um corpo, assim como o som (a palavra). O corpo pode ser representado por uma palavra, que lhe adiciona um atributo incorpóreo, mas em nada lhe altera. Suprime-se, dessa forma, qualquer relação intrínseca entre a palavra e a coisa, uma vez que palavras e coisas são corpos de uma dimensão adicional: incorpórea. O incorpóreo na palavra é o seu sentido, na coisa são seus atributos (MARCONDES FILHO, 2004, pág. 39).

Já Niklas Luhmann (1996) analisa o conceito de sentido afirmando que ele é o meio que permite a criação seletiva de todas as formas sociais e psíquicas. Assim, o sentido – que é reproduzido por meio da experiência e cuja função é a redução da complexidade sistêmica – empresta forma às experimentações dos sistemas sociais e psíquicos: as comunicações e os pensamentos se realizam com base no sentido. Sentido, portanto, é parte fundamental da racionalidade humana e surge a partir do momento em que formas específicas de realidade (como, por exemplo, os meios e os atores individuais) entram em

contato e são afetadas de alguma forma, criando *exprimíveis* a partir desta interação.

Doravante, entenderemos sentido como o efeito de realidade resultante das relações entre os meios e as instituições; os meios e os indivíduos; as instituições e os indivíduos; e, finalmente, os meios, as instituições e os indivíduos, bem como do que ocorre em termos processuais no interior de cada uma destas instâncias. Ou seja, o sentido surge não mais apenas das operações entre sistema e entorno, e sim na intersecção das operações do próprio sistema, inclusive no interior destes. A lógica é, portanto, uma vez mais, auto-referencial.

Observado o conceito de sentido, é preciso estabelecermos o que entendemos por realidade.

Corrêa (1998), com base na teoria da construção social da realidade, sugere que há três diferentes formas de se compreender o que significa realidade:

1. Realidade social objetiva – aquela que é experimentada como um mundo objetivo, existindo fora do indivíduo e confrontando-o com fatos;
2. Realidade simbólica – é o universo das representações de todos os significados socialmente objetivos e subjetivamente reais;
3. Realidade subjetiva – aparece como a apreensão pela consciência individual do mundo objetivo e de suas representações simbólicas.

Com base neste modelo, e considerando que a realidade simbólica é a que mais se

aproxima de nossa proposição de análise, podemos buscar em Luhmann (2005) uma conceituação para o conceito de realidade, neste caso:

(...) um correlato das operações do sistema – e não, digamos, uma qualidade pertencente aos objetos do conhecimento –, adicionalmente àquilo que os distingue como indivíduo ou espécie. Realidade não é nada mais que um indicador de que o sistema foi aprovado ao prestar provas de consistência. Realidade é obtida internamente no sistema pelo fato de ele atribuir sentidos. (LUHMANN, 2005, pág. 23)

Sob outro ângulo, em um contexto de mediação, o efeito de produção de realidade parece estar ligado necessariamente à deflagração de determinados tipos de acontecimentos que, de alguma forma, possuam a capacidade de irritar o modo de funcionamento dos locais onde os processos de mediação têm lugar. Admitindo, por outro lado, que o acontecimento é um componente da narrativa, podemos aceitar que ele terá mais chances de deflagrar o processo de mediação se for “atualizado” por um dispositivo midiático sob a forma de intriga. “A intriga é o conjunto das combinações pelas quais há acontecimentos que são transformados em história ou, correlativamente, uma história é tirada do acontecimento (RICOEUR apud CORREA, 1995, pág.7)

Isso estaria de acordo, em um primeiro momento, com o que Elihu Katz sugere ao dizer que “(...) a transmissão [ou veiculação] de acontecimentos torna os próprios acontecimentos não só diferentes como mais importantes” (1993, pág. 59). Mas também ao fato de o campo dos media não se limitar a

mediar dos diferentes domínios da experiência e os demais campos sociais. Ele agora faz também emergir

(...) nas fronteiras dos campos sociais instituídos, novas questões, como a droga, o sexismo, o aborto, a exologia, para as quais nenhum dos campos detém legitimidade indiscutível nem consegue encontrar soluções consensuais e impô-las ao conjunto da sociedade. São doravante estas questões que irão mobilizar o debate público que o campo dos media se encarrega de promover e publicizar. (...) É no campo dos média que estas novas questões se irão refletir e problematizar. (RODRIGUES, 1999, pág. 24)

Foi o que aconteceu no dia 23 de setembro de 2005, quando os sites noticiosos de todo o País veicularam notícias a partir da *newsletter* da revista *Veja* – a maior em termos de Brasil, com circulação acima de 1 milhão de exemplares – dando conta que a edição daquele final de semana veicularia uma reportagem a respeito de um escândalo envolvendo a arbitragem no futebol brasileiro em nível nacional. É o que dizia uma nota na seção Últimas Notícias do ClicRBS⁵, disponibilizada às 23h15:

Árbitro é acusado de manipular resultados

Edilson Pereira de Carvalho estaria envolvido com apostadores

RIO DE JANEIRO - A revista 'Veja', que chega às bancas neste fim de semana, faz uma revelação sobre um suposto esquema de combinação de resultados que envolve árbitros de futebol,

entre eles o paulista Edilson Pereira de Carvalho, do quadro da Fifa.

No início da tarde deste mesmo dia, na redação no Jornal ABC Domingo, a face dominical dos três diários do Grupo Editorial Sinos – o terceiro do Sul do País em termos de circulação, com tiragem de 70 mil exemplares – a notícia fez com que todas as ações dos jornalistas responsáveis pela elaboração da edição, cujo *dead line* ocorreria às 23 horas, voltassem suas atenções para esta informação. O assunto originalmente previsto para ocupar as páginas onde usualmente o jornal veicula reportagens especiais foi deixado de lado e todas as ações da redação se voltaram para o que prometia a *Veja*.

A capa do ABC Domingo do dia 24 de setembro de 2005 chega aos assinantes e às bancas com o seguinte enunciado, acompanhado de foto do protagonista do escândalo e de citações textuais:

A lama chega ao futebol brasileiro

A reportagem das páginas internas apresentava uma variação da manchete, e vinha acompanhada de fotos e infográficos em que era realizada a cronologia do evento em questão:

ESCÂNDALO: Lama também atinge o FUTEBOL

Quando a revista finalmente chegou às bancas, e nas semanas seguintes, todos os veículos do País repercutiram o assunto, que gradativamente deixou os espaços jornalísticos e começou a ser discutido em outras esferas.

⁵ Disponível em: [<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/0,AA1041296-4272,00.html>] Acesso em: [2/11/2006]

É o que ocorreu no site do Observatório de Imprensa⁶:

MÁFIA DO APITO

A mídia sabe apurar. Falta querer

Ou no site da Agência de Notícias da Câmara dos Deputados⁷:

Comissão vai ouvir envolvidos na 'máfia do apito'

O Consultor Jurídico, um site ligado ao direito, veiculou matéria⁸ dizendo que:

Máfia do apito

Bom funcionamento das instituições desmantelou quadrilha

O mesmo pode ser dito em relação aos blogs, especializados ou não, caso do de Juca Kfoury⁹:

Máfia do apito: "Saída de Armando Marques não resolve; o problema não é só de um homem, mas de uma estrutura"

Ou, ainda, o de Diego Casagrande¹⁰, que saiu com a seguinte notícia:

⁶ Disponível em: [http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=348FDS001] Acesso em: [2/11/2006]

⁷ Disponível em: [http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=76422] Acesso em: [2/11/2006]

⁸ Disponível em: [http://conjur.estadao.com.br/static/text/38698,1]. Acesso em 2/11/2006

⁹ Disponível em: [http://noticias.uol.com.br/uolnews/juca/2005/09/30/ult3214u3.jhtm] Acesso em: [02/11/2006]

¹⁰ Disponível em: [http://www.diegocasagrande.com.br/index.php?do=Wm14aGRtOXIKVE5FYldGdVkyGxkR1Z6SIRJMmFXUWxNMFE0TmpVNE5FdEJaeFAySg==] Acesso em: [02/11/2006]

Árbitros da Máfia do Apito já estão presos

Estes exemplos nos permitem observar que um acontecimento diferenciado – a manipulação dos resultados das partidas de futebol por parte de juízes e de apostadores – transformado em intriga, serviu para deflagrar o processo de midiaticização em suas mais diversas zonas de afetação, tendo a internet como elemento viabilizador. Observe-se que a natureza do acontecimento em questão, o futebol, é diferenciada, porque de caráter hegemônico em termos de imaginário social. Uma vez transformado em intriga, foi absorvida pelo sistema midiático – e as novas tecnologias, neste caso a internet, mostraram-se decisivas neste processo –, que não apenas foi afetado como também mostrou-se capaz de afetar a si próprio e aos demais campos sociais, neste caso o jurídico e o político.

A criação de sentidos se iniciou no momento em que o acontecimento (o escândalo da arbitragem) foi percebido pelos atores individuais (jornalistas) e se transformou em intriga ao ser recriado pelo meio jornalístico (dispositivo revista). Uma vez posto em circulação, por meio de rede, e antes mesmo de ser absorvido pelos receptores tradicionais (leitores), este acontecimento passou a irritar outras instâncias do sistema midiático, gerando sentido a cada novo contato: a notícia veiculada pelo site irritou o jornal (mas também o rádio e a televisão); produzindo novas realidades; irritou, em momentos posteriores, os demais campos sociais (jurídico e político), e, em meio a isso tudo, a sociedade como um todo.

Os fenômenos descritos acima sugerem a presença de um novo cenário de observação, em que a ênfase analítica re-

side antes na processualidade do que necessariamente no que ocorre no interior campo comunicacional-jornalístico; campo visto como espaço de jogo concorrencial (BOURDIEU, 1983), tensional, – “(...) uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade (...)”. O aparato midiológico não anula de todo este olhar, é verdade, mas parece retirar da perspectiva de campo a exclusividade na geração de sentidos, deslocando o foco da atenção para o que ocorre no espaço entre os campos.

Acreditamos que a entrada sistêmica preste-se melhor a nosso propósito analítico, à medida que permite uma leitura mais complexa dos processos de transformação a que vêm sendo submetido o campo do jornalismo neste momento evolutivo. Sistema, no sentido proposto por Luhmann (1997), é uma forma de diferenciação fundamentada na comunicação como vetor de operação social e que possui dos lados: interno (o sistema propriamente dito) e externo (o ambiente em que ele se encontra). Sendo assim, a sociedade se apresenta como “(...) o sistema abrangente de todas as comunicações, que se reproduzem autopoieticamente¹¹, à medida que produz, na rede de conexões recursiva de comunicações, sempre novas (e sempre outras) comunicações” (LUHMANN, 1997, pág. 83).

2 Considerações finais

Acreditamos que a produção de sentido decorrente das transformações ocorridas no

¹¹ Sistemas autopoieticos (ou auto-referenciais) têm a capacidade de produzir as unidades que necessitam para continuar operando, dispensando elementos externos.

aparato midiático-jornalístico personifica-se no fato de a internet representar bem mais que a introdução de um novo suporte em uma lógica cultural específica – cultura aqui entendida como “(...) uma forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades” (KELNNER, 2002, pág. 11). Estamos diante de um momento evolutivo diferenciado, com acentuadas nuances tecnológicas; cujo impacto afeta uma tradição¹² que se desenvolveu ao longo de pelo menos 300 anos de evolução.

A compreensão deste momento passa pela observação do percurso por meio do qual chegamos até este momento. Concordamos com Marcondes Filho (2000) quando afirma que a história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a história da humanidade. Ou com Werneck Sodré (1999), quando diz a imprensa – por ter nascido com o capitalismo e acompanhado seu desenvolvimento – acabou por desenvolver mecanismos por meio dos quais pudesse viabilizar suas atividades, fossem eles de ordem política, tecnológica ou técnica. O que não se supunha é que estes mecanismos, particularmente os de ordem tecnológica, acabariam por se tornar, ao lado de questões sociais, técnicas e mercadológicas, vetores de novas ambientações, quando antes serviam apenas como suporte. Resta-nos, portanto, entender o que significa este novo momento.

¹² Tradição como uma forma de conhecimento cultural que é transmitido; que provém do passado –, e que se personifica de quatro formas: a) pela transmissão de um indivíduo ao outro ao longo das gerações; b) pela rotinização das práticas sociais; c) como elemento legitimador; e, finalmente, de forma identitária, que pode ser cultural ou coletiva. (THOMPSON, 1998. ppág. 256-258).

3 Referências bibliográficas

- MARTIN-BARBERO, Jesús. Ciências de la Comunicación: *Revista Latino Americana de Comunicación*. Ano 1 – nº 1. Dezembro de 2004.
- MARTÍN-BARBERO., Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BOURDIEU, Pierre *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CORREIA, João Carlos. *Jornalismo e espaço público*. Estudos em Comunicação. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 1998.
- CORREIA, João Carlos. *O Poder do jornalismo e a mediatização do Espaço Público*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 1998. On-line. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=12] Acesso em: [novembro de 2006]
- FAUSTO NETO, Antônio. ENCONTRO DA REDE PROSUL: Seminário Sobre Mediatização, 2006, Unisinos, São Leopoldo. *Mediatização, prática social - prática de sentido*.
- FERREIRA, Jairo. *O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise*. Ecos Revista. Pelotas: Universidade católica de pelotas – Educat, v. 7, n. 2, jul. – dez. 2003.
- GALIMBERT, Umberto. *Psiche e techne: O Homem na Idade da Técnica*. São Paulo: Paulus, 2006.
- GALINO, Luciano. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Filosofia e ética da comunicação na mediatização da sociedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- OROZCO GÓMES, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis (org.) *Sociedade Mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006
- JONHSON, Alan. *Dicionário de Sociologia – Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997
- KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru : Edusc, 2001.
- LASH, Scott. *Crítica de la información*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2001.
- LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert; BARBOSA SAMIOS, Eva Machado (orgs.) *Niklas Luhmann: a nova*

- Teoria dos Sistemas. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.
- LUHMANN, Niklas. Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann. México: Iberoamericana. 1996.
- LUHMANN, Niklas. *Confianza*. México: Anthropos, 2005.
- LUHMANN, Niklas. *Poder*. México: Anthropos, 2005-b.
- LUHMANN, Niklas. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ufrgs, 1997.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador de silêncios: Formas de construir e de desconstruir sentidos na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*
- MORAES, Dênis (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. A emergência dos campos sociais. *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*: Círculo de Debates sobre o Mundo Contemporâneo. Piauí: Revan, 2000.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, modernidade e campo dos media*. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 1999. On-line. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=2] Acesso em: [novembro de 2006]
- RUIZ, Castor. *Os labirintos do poder*. Porto Alegre: Escritos, 2004
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Unictec, 1997
- SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: CHAVES, MORAES, Dênis (org.) *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *O ethos midiático*. In: *Antropológica do espelho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- THOMPSON, John. *Los media y la modernidad – Uma teoria de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós, 1989.
- VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*.
São Leopoldo: Unisinos, 2005.